



Revista de Comunicação e Linguagens

Vol. (2019)

ISSN 2183-7198 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.fcsh.unl.pt/index.php/rcl>

Mulher na esfera pública: agir comunicativo e processo deliberativo na ONG

Mulheres do Brasil

Regina Rossetti  Paula Belini Pitondo 

Como Citar | How to cite:

Rossetti, R., & Pitondo, P. B. (2019). *Women in the public sphere: act communicative and deliberative process in ONG Women of Brazil*. *Revista De Comunicação E Linguagens*, (51), 86-106. Retrieved from <https://revistas.fcsh.unl.pt/rcl/article/view/1450>

Editor | Publisher:

ICNOVA - Instituto de Comunicação da NOVA

Direitos de Autor | Copyright:

Esta revista oferece acesso aberto imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.

Mulher na esfera pública: agir comunicativo e processo deliberativo na ONG
Mulheres do Brasil

Women in the public sphere: act communicative and deliberative process in
ONG Women of Brazil

Regina Rossetti

Universidade de São Caetano do Sul

regina.rossetti@prof.usc.edu.br

Paula Belini Pitondo

Jornalista

paulabelini_6@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar o processo deliberativo presente no grupo Mulheres do Brasil à luz do modelo de esfera pública habermasiano, avaliando a sua contribuição para a participação da mulher na esfera pública a partir de revisão bibliográfica sobre o tema e do estudo de caso sobre a instituição. Como resultado, espera-se que o artigo descritivo possa contribuir para que mais organizações como essa façam uso de processos deliberativos para a discussão de temas de interesse público, promovendo maior participação civil nas decisões do Estado.

Palavras-chave: esfera pública; mulher; processo deliberativo; ONG Mulheres do Brasil

Abstract

This article aims to analyse the deliberative process present in the Women of Brazil Group in the light of the Habermasian public sphere model, evaluating its contribution to the participation of women in the public sphere based on a bibliographical review on the theme and the case study on the institution. As a result, it is hoped that the descriptive article may contribute to more organizations like this using deliberative processes for the discussion of public interest issues, promoting greater civil participation in the decisions of the State.

Keywords: public sphere; woman; deliberative process; ONG Women of Brazil

Introdução

As mulheres, ao longo da história, estiveram à margem do espaço público e, conseqüentemente, da esfera pública, essa marginalização constitui a problemática que motivou esta pesquisa. “A esfera pública foi geralmente entendida como o domínio da razão e da universalidade cuja participação era reservada somente para os homens, enquanto as mulheres, seres (supostamente) inclinados a particularidades, e a conversas frívolas e afetadas, supunham-se comumente mais indicadas à vida doméstica.” (Thompson 2014, 107). Essa presumida vocação feminina para o doméstico, excluía a mulher da esfera pública, cujo aspecto masculino não era acidental, mas fundamental, embora tivesse um caráter idealmente universal. Segundo Perrot (2007), quando as mulheres aparecem no espaço público, “os observadores ficam desconcertados; eles as veem em massa ou em grupo, o que, aliás, corresponde quase sempre a seu modo de intervenção coletiva: manifestam-se na qualidade de mães, donas de cada, de guardiãs dos viveres etc.” (Perrot 2007, 21). Sob essa perspectiva, as mulheres são criticadas com mais afinco quando se mostram ou falam alto em público e podem até ser taxadas de suscetíveis e de histéricas por tal atitude. Enquanto para os homens a publicidade é uma honra, para elas é sinal de vergonha. Temem-se as mulheres em público e os costumes recomendam que para os homens haja o domínio público e para as mulheres haja os limites do privado.

A partir da luta política das mulheres no final do século XIX, no século XX as mulheres conseguiram ampliar consideravelmente a sua participação na vida pública, ocupando cargos de liderança em empresas e na política, embora continuem sub-representadas, em minoria em relação aos homens. Embora a presença delas esteja consolidada no mercado de trabalho, “as mulheres confrontam-se ainda com a ausência de políticas sociais que as liberem da dupla jornada” (Pinsk e Pedro 2003, 300). Além dessa tensão no mercado de trabalho, ainda hoje no Brasil, elas carecem de representatividade política. As bandeiras femininas na vida pública também envolvem os direitos de igualdade e liberdade. Atualmente, no Brasil, a luta pelo fim da violência contra a mulher tomou força, há o pleito por políticas públicas que favoreçam a segurança e o bem-estar delas e que garantam punições mais severas para os casos de feminicídio, assédio e estupro.

No século XXI, as mulheres querem ser protagonistas de sua própria realidade. O mundo, moldado para os homens e segundo os homens, já não lhes basta mais. Nesse contexto de emancipação feminina, participação das mulheres na esfera pública brasileira, embora rara, existe. É o caso do Grupo Mulheres do Brasil – MdB, uma Organização Não Governamental, formada por mulheres em prol de seus interesses coletivos. No intuito de verificar se o MdB pode ser considerado uma esfera pública composta por mulheres foi

realizada uma pesquisa de campo da qual resultou este artigo. Em termos metodológicos, a referida pesquisa é de natureza qualitativa, em nível exploratório, contendo revisão bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. Para chegar aos resultados, foi realizado um estudo a partir de referências bibliográficas sobre a esfera pública idealizada por Habermas e sobre a histografia das mulheres de Touraine, que propõe uma releitura da construção do feminino a partir das próprias mulheres. Também foram realizadas entrevistas com perguntas abertas com as porta-vozes do Grupo Mulheres de Brasil – MdB, bem como a análise das comunicações oficiais emitidas pelo MdB de março de 2017 a julho de 2018, dos materiais institucionais da ONG e da observação da interação das participantes via *workplace* e nas reuniões do grupo. Por último, com os dados coletados nas entrevistas e na pesquisa documental, efetuou-se o estudo de caso do Grupo Mulheres do Brasil, aprofundando a descrição da ONG e do processo deliberativo promovido por tal iniciativa.

Esfera pública e processo deliberativo

O conceito de esfera pública passou por um aprimoramento no decorrer da trajetória do pensamento de Habermas. O conceito surge em 1962 no livro *Mudança estrutural da esfera pública* como “a esfera de pessoas privadas que se reúnem em um público” e efetuam “uma discussão pública mediante razões” (Habermas 2014, 135), passa por uma reformulação trinta anos depois e em 1992 com *Direito e Democracia* é concebida como estrutura comunicacional: “A esfera pública constitui principalmente uma estrutura comunicacional do agir orientado pelo entendimento, a qual tem a ver com o espaço social gerado no agir comunicativo” (Habermas 1997, 92). Esse refinamento do conceito acentuou ainda mais a comunicação como fundamento da esfera pública.

O agir comunicativo representa uma quebra de paradigma, pois coloca a comunicação entre os indivíduos como pressuposto da razão e como núcleo, quando orientada para o consenso, da construção da realidade. Se é o agir comunicativo que leva à ação orientada pela racionalidade e que é capaz de viabilizar a esfera pública habermasiana, é o processo deliberativo que permite alcançar tal agir comunicativo por meio do consenso entre os atores inseridos nesses debates públicos a cerca de questões de interesse coletivo. Segundo Marques (2011), a deliberação é:

Um processo social de comunicação através do qual os indivíduos têm, em uma perspectiva ideal, a oportunidade de se constituírem como interlocutores, apresentando seus pontos de vista e suas perspectivas diante dos outros, interpelando-os e demandando-lhes a validação de seus

argumentos após uma discussão baseada no respeito recíproco (Marques 2011, 20).

Altheman, Martino e Marques (2017) complementam essa descrição ao afirmar que a deliberação é uma atividade que envolve o enfrentamento público dos discursos resultantes de contextos comunicativos, com diferentes atores e modos de comunicação específicos. No entanto, a deliberação não finda após a exposição dos argumentos racionais individuais. É preciso que os atores cheguem a um consenso por meio de uma rede de discursos e de negociações que levem a soluções em relação a problemas práticos, coletivos e individuais, conectando as opiniões plurais em uma comunicação articulada e em grupo. Para Marques (2011, 21), “a deliberação requer que os indivíduos sejam capazes de dialogar através de suas diferenças, sem colocá-las entre parênteses”. Isso quer dizer que a deliberação exige maturidade dos participantes do debate para que todos estejam abertos às críticas, sejam aptos a formular as suas próprias opiniões e capazes de acompanhar discussões reflexivas. Segundo Marques (2011), os princípios normativos centrais de definição das trocas argumentativas na esfera pública são:

Princípios normativos de definição das trocas argumentativas na esfera pública

Princípio	Característica
Racionalidade (expressão racional da opinião)	Os pontos de vista devem ser construídos sob a forma de argumentos potencialmente aceitáveis por todos e capazes de ser desafiados e justificáveis.
Paridade de status, igualdade discursiva	Não devem existir coerções ligadas ao poder e ao dinheiro nas deliberações. Prevalece não o mais forte ou mais rico, mas o melhor argumento. Capacidades necessárias para se engajar na discussão como parceiro.
Transparência e publicidade	Argumentos, regras e premissas que sustentem pontos de vista devem ser acessíveis a todos.
Inclusividade	Todos os indivíduos direta ou indiretamente concernidos devem poder participar e devem ser vistos como tendo algo a contribuir para o debate.
Reciprocidade	Os parceiros de interação devem ter a capacidade de adotar o ponto de vista do outro e responder-lhe. Eles devem ouvir e reagir aos comentários formulados por outros participantes.
Reflexividade	Os participantes devem examinar criticamente seus valores, pressuposto e interesses diante de comentários e críticas feitas pelos outros.

Fonte: Marques 2011, 21

Em razão dessas características, na esfera pública não se pode esquecer de que é preciso garantir a abertura para o conflito. A discussão não pode findar quando os

participantes se deparam com uma discordância, é preciso comprometer-se em dar continuidade ao diálogo apesar das diferenças e dos entraves. Por esse motivo, os argumentos precisam ser acessíveis, claros, a todos os interlocutores para garantir o mesmo espaço de participação e de argumentação. Além disso, esses argumentos precisam ser fundamentados em evidências para que a racionalidade seja sustentada durante o processo de deliberação. O desacordo é, na verdade, uma oportunidade para que o grupo evite opiniões unânimes, com uma arena menos polarizada e mais aberta às diferenças. Desses desacordos nasce a coerência, que para Marques, é “alcançada quando os participantes seguem um tópico de discussão até que um entendimento mútuo, ainda que provisório, seja alcançado” (Marques 2011, 30).

Desse processo, surgirá a deliberação, com atores interferindo e transformando pontos de vista um dos outros, em uma articulação contínua em busca do consenso e orientados pela racionalidade. Ao atingir esse consenso, esses fóruns deliberativos têm como papel legitimar as decisões governamentais em Estados democráticos. Porém, quando a decisão do grupo não representa a vontade de todos, ela precisa ter sido deliberada por todos, ainda que tenha sido necessária a mediação, propulsionando o agir comunicativo, que deve ser a resposta ao que for de melhor resolução para todos, de decisão da maioria. Entretanto, tais acordos podem ser revistos a todo o momento, sendo esse o caráter reflexivo da esfera pública deliberativa. Para Habermas (1997), o risco da opinião da maioria prevalecer é que ela pode continuar reproduzindo argumentos falíveis, até que as minorias consigam convencer a maioria do contrário. Segundo o autor, “o procedimento ideal da deliberação e da tomada de decisão pressupõe sempre uma associação titular que se julga capaz de regular de modo imparcial as condições de sua convivência” (Habermas 1997, 25). Por fim, é o laço linguístico que mantém a unidade dessas comunidades a partir do processo de deliberação.

Esfera pública e agir comunicativo

Embora não tenha poder político de decisão, de acordo com o pensamento habermasiano, a esfera pública é capaz de pressionar o Estado em prol de mudanças nas políticas públicas a fim de que esse atenda aos requisitos da população. Em “Direito e Democracia”, Habermas afirma:

A sociedade civil compõe-se de movimentos, organizações e associações, os quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas, condensam-nos e os transmitem, a seguir, para a esfera pública política. O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza os discursos capazes de solucionar problemas,

transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas (Habermas 1997, 99).

A esfera pública, dessa forma, funciona como um espaço comunicativo idealmente neutro para a solução de problemas de determinados grupos ou comunidades. Para Dutra e Couto, a esfera pública habermasiana é, portanto:

O espaço do livre fluxo de discursos, onde a sociedade civil se reúne, gera impulsos de demanda e pretende exercer pressão aos órgãos estatais. A esfera pública é o lugar próprio da formação do estatuto da crítica, a qual se concretiza em argumentos de um público ciente de sua importância como formador de opinião pública no cenário democrático (Dutra e Couto 2012, 181).

Esses fóruns de discussão do público podem acontecer para Habermas em três modalidades distintas, são elas: *episódica*, caracterizada pelos encontros nos bares, cafés e na rua; *de presença organizada*, quando há uma organização sistêmica e frequente, como em congressos e grupos de discussão; e *abstrata*, quando a mídia se torna palco dessas discussões por meio de conteúdos publicados sobre questões de interesse público que envolvam leitores e espectadores com longo alcance. Sobremaneira, todas essas modalidades consolidam a esfera pública como um instrumento de resgate da cidadania, dando voz ao cidadão comum, tornando-o capaz de pensar o seu presente e de contribuir para a construção do seu futuro.

O cerne da esfera pública é o agir comunicativo que se consolida no debate de opiniões. De acordo com Perlatto (2012, 81), “a esfera pública se refere, dessa forma, ao mundo do debate e da discussão livre sobre questões de interesse comum entre os cidadãos considerados iguais, política e moralmente”. Para que o agir comunicativo exista é necessário que haja a busca pelo consenso e liberdade de expressão, com todos os participantes em condição de igualdade para manifestarem-se. Sem essas premissas não há esfera pública ou agir comunicativo de acordo com o pensamento habermasiano. Segundo Habermas (2012a, 221), “o ‘*agir comunicativo*’ depende de um processo de interpretação cooperativo em que os participantes se referem simultaneamente a algo no mundo subjetivo, no mundo social e no mundo objetivo”, ainda que eles expressem apenas um desses componentes. Esse diálogo, por sua vez, busca o consenso, formando uma posição que represente os interesses do grupo ou da comunidade envolvida no debate. Tal debate deve ser intermediado não pelo senso comum, mas pela racionalidade. Por sua vez, esse consenso transforma-se em ação, por isso, o agir comunicativo difere-se do agir teológico, que busca um fim, e do agir cotidiano, não orientado para o consenso (Hansen 2012). No entanto, embora a razão surja do próprio grupo, ela é mutável, sendo submetida a

constantes argumentações. Sempre que um conflito ou uma questão surge, todos são convidados à construção de um novo consenso. Para Hansen et al. (2012, 112), “essa razão é interpessoal e não subjetiva; é processual, inacabada e não definitiva”.

Para se chegar ao consenso sugerido pelo agir comunicativo é preciso que haja, antes, o entendimento mútuo, que ocorre quando ambas as partes entendem, ainda que não se acordem, os posicionamentos expostos durante o diálogo. A partir do momento em que ambos se compreendem, é possível acionar a racionalidade, buscando a melhor alternativa e o melhor argumento que justifique a decisão ou a posição desse coletivo. Segundo Habermas (2012, 147), “o conceito de entendimento remete a um comum acordo almejado pelos participantes e racionalmente motivado, que se mede segundo pretensões de validade criticáveis”.

Em alguns casos, quando o consenso parece desafiador, mesmo existindo o entendimento mútuo, é possível buscar uma mediação. “Entende-se por mediação um processo de autocomposição, quando duas ou mais partes encontram-se em conflito e neste momento buscam o auxílio de um terceiro desinteressado para ajudá-los na restauração das relações”, (Hansen 2012, 112). Com a mediação, é possível identificar o cerne do problema e dialogar sobre ele racionalmente. De acordo com Habermas (2012, 21), “a teoria da argumentação ganha significado especial porque é dela a tarefa de reconstruir os pressupostos e as condições formal-pragmáticos de um comportamento explicitamente racional”. É a partir da argumentação do agir comunicativo que se constrói o mundo da vida, em que os elementos do mundo subjetivo dos indivíduos, do mundo social e do mundo objetivo se fundem na construção da realidade. A argumentação é pressuposta do processo de deliberação.

Esfera pública no Brasil

Conforme ensina Habermas (2014), o surgimento da esfera pública moderna está associado ao desenvolvimento do capitalismo mercantil na Europa, a partir do século XVII, que permitiu a consolidação de uma nova classe social: a burguesia. França, Alemanha e Inglaterra foram os primeiros países a consolidarem esse espaço para o diálogo entre o público e o privado justamente por terem uma burguesia mais fortalecida, além de centros urbanos em expansão. A burguesia era, portanto, a primeira classe social moderna cujo poder estava edificado sob a propriedade privada, fora do controle do Estado ou de qualquer outra instituição. Justamente por sua independência, o Estado passou a precisar legitimar publicamente o seu governo à crítica racional, permitindo que houvesse a mediação entre os interesses do Estado e os interesses privados. Para Habermas (2012b, 218), na esfera pública, “os cidadãos se comportam como público à medida que,

espontaneamente, ou seja, sob a garantia de poderem reunir-se, expressar e publicar as suas opiniões livremente, discutem sobre questões de interesse comum”.

Apesar da importância da burguesia europeia nesse processo, a transformação da imprensa em um fórum livre do controle estatal também foi essencial para a consolidação da esfera pública ao longo do século XVIII, juntamente com a seguridade dos direitos civis e com o surgimento da noção de cidadania. Ao longo do século XIX, a esfera pública pressionou o poder público em relação a questões de interesse público. Com o advento de governos mais democráticos, a sustentação do poder depende, sobremaneira, desse equilíbrio entre Estado e sociedade. No século XX, porém, “o cidadão se transforma em cliente e exerce influência no poder público, que precisa do seu voto para se manter no poder” (Perlatto 2012, 80). Essa condição é a legitimação da esfera pública moderna, em que a “democracia requer um escopo ampliado de espaços e contextos comunicativos nos quais os cidadãos possam articular seus enunciados e empreender conversações e discussões sobre os assuntos que os concernem” (Marques e Martino 2017, 2).

No novo mundo, a esfera pública brasileira iniciou-se em 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, acontecimento histórico que permitiu a consolidação da imprensa nacional e favoreceu a criação de fóruns de opinião pública com alcance ampliado para os cidadãos da colônia, ainda que esses fossem controlados pela coroa. Em 1821, ocorreu a institucionalização da liberdade de imprensa no Brasil. Enquanto em 1824, a primeira Constituição do Brasil reconheceu a existência de uma esfera pública com liberdade de expressão. Em 1888, a abolição da escravidão foi um dos primeiros exemplos de fato histórico que ocorreu no Brasil em razão da influência da esfera pública, que pressionou fortemente o império para tal decisão.

No entanto, o caráter da esfera pública brasileira nunca deixou de ser elitista e excludente, como reflexo de uma sociedade estratificada, com as minorias à margem e com acesso limitado à educação formal, essa capaz de desenvolver a capacidade de reflexão do cidadão sobre a realidade que o cerca.

Em nosso país existem, por conseguinte, desafios para o desenvolvimento de uma cultura da democracia, com educação para o respeito à pluralidade e à tolerância no que tange às diferenças. E isso implica, dentro outras coisas, em resgatar a memória de constituição da esfera pública nacional, com suas potencialidades e mazelas (Hansen 2012, 110).

No Brasil, entre 1937 e 1945, com o então presidente da república Getúlio Vargas no poder, a esfera pública no Brasil foi reprimida pela falta de espaço público democrático, com condições para estabelecer deliberações acerca de temas de interesse público (Perlatto

2012). Após 1946, com o fim do Estado Novo, ampliam-se as liberdades, com um cenário menos autoritário. Embora essas liberdades tenham sido ampliadas, a exclusão do voto dos analfabetos, a redução do direito a organização sindical dos trabalhadores do campo e do direito de greve dos trabalhadores urbanos e dos servidores públicos representaram um entrave para a cidadania plena. E com o golpe militar de 1964, a esfera pública brasileira se viu desmantelada. “A ditadura que se instaurou no País foi marcada pelo controle sobre a esfera pública e sobre todas as formas de manifestação da vida associativa que pudessem hipoteticamente colocar em perigo a segurança nacional” (Perlatto 2015, 131).

Somente na década 1980, com o fim da ditadura militar, grupos até então marginalizados, como os operários, passaram a fazer parte da cena cívica brasileira e a contribuir para a reconstrução desse espaço de diálogo entre Estado e sociedade civil (Perlatto 2012). Nesse período, depois desse hiato de mais de vinte anos, os movimentos cívicos ganharam espaço. Nas décadas de 1980 e 1990, a Constituição de 1988 tornou-se, com a participação popular, por meio de plebiscitos, referendos e conselhos, um marco para a esfera pública no Brasil.

Demonstra-se, à guisa de conclusão, a necessidade da ampliação da democratização da esfera pública, mediante não apenas a institucionalização de procedimentos democráticos capazes de dar vazão a argumentos “racionais”, mas de mecanismos que a tornem mais porosa aos valores, demandas, reivindicações e manifestações dos setores subalternos (Perlatto 2015, 123).

À medida que a democracia brasileira avançou amparada por uma imprensa livre, a esfera pública se consolidou no Brasil como uma arena para a formação da opinião pública, onde os melhores argumentos devem prevalecer em relação ao senso comum, com o agir orientado para o entendimento e para a racionalidade.

Grupo Mulheres do Brasil

O Grupo Mulheres do Brasil (MdB) surgiu em outubro de 2013 com o intuito de discutir temas ligados ao Brasil a partir da perspectiva das mulheres. Segundo Marina Martins, ex-diretora executiva do MdB, em entrevista concedida em 2017, o marco inicial do grupo foi uma reunião em Brasília com 40 mulheres líderes em diversos segmentos, com influência no setor privado, que desejavam contribuir para a transformação do País. Essa reunião foi encabeçada por Luiza Helena Trajano, presidente do Conselho Administrativo do Magazine Luiza e fundadora da rede varejista. Mais tarde, no mesmo ano, essas mulheres deram origem à ONG (Organização Não Governamental) e formaram a sua diretoria estatutária, presidida por Luiza Helena Trajano. O fator que impulsionou essa mobilização

do MdB, para Martins, foi o momento socioeconômico brasileiro, com grave crise econômica e com escândalos de corrupção na política.

Desde então, o grupo tem como propósito incentivar o protagonismo das participantes para a construção de um Brasil melhor a partir de uma “agenda propositiva com planos de ação para pensar e para agir pensando no todo, por um País melhor” a partir de causas expressivas (MULHERES DO BRASIL 2016). Segundo Nascimento (2016), o surgimento do MdB corrobora com as mudanças recentes observadas nos movimentos feministas e de mulheres, que passaram a demandar do Estado um posicionamento ativo na promoção da cidadania feminina a partir da década de 1990.

Para a construção dessa agenda propositiva, Andrea Rios, diretora executiva do Grupo Mulheres do Brasil, em entrevista cedida em 2018, afirma que são levados em consideração os seguintes fatores: momento do País (que parte do consenso das participantes sobre as necessidades atuais do Brasil a partir das reuniões); e Calendário Internacional da Organização das Nações Unidas - ONU (que trabalha temas consonantes às causas do MdB). Andrea Rios acredita que esse modelo soma esforços e, por meio da visibilidade da ONU, ajuda a dar mais repercussão às iniciativas do grupo.

São inegociáveis do Grupo Mulheres do Brasil, ou seja, valores nos quais elas fundamentam as suas ações e com os quais todas as participantes compactuam, agindo em consonante (MULHERES DO BRASIL 2016):

- Somos SUPRAPARTIDÁRIAS¹;
- Visamos o BEM COMUM;
- NÃO SOMOS CONTRA OS HOMENS, mas a favor das mulheres;
- NÃO USAMOS o nome e nem registros do Grupo para benefícios pessoais ou partidários;
- Temos uma agenda propositiva com planos de ação; FAZER ACONTECER;
- Pensamos o BRASIL como um todo com ações locais e regionais;
- NÃO REINVENTAMOS A RODA, nos engajamos em projetos já existentes.

A partir desses inegociáveis, o MdB divide-se em comitês, que atuam em diferentes frentes ligadas a temas de interesse público. “São grupos de trabalho organizados que analisam projetos, programas e leis, propondo soluções para problemas reais” (MULHERES DO BRASIL 2016). A participação nos comitês não é obrigatória para as mulheres cadastradas no grupo, é possível participar das reuniões e demais atividades sem estar atrelada a uma dessas frentes. Contudo, quando há o interesse em participar desses grupos de trabalho, a participação é voluntária e sem qualquer

¹ As palavras em letra maiúscula seguem a mesma grafia do *site* da ONG Mulheres do Brasil.

remuneração. Segundo o MdB (MULHERES DO BRASIL 2016), cada mulher participa a sua maneira da ONG, sendo possível pela contribuição para o ideal do MdB com ideias e experiências, pela indicação de ações e de parcerias ou pela participação nas reuniões.

Cada comitê tem a sua própria liderança, que emerge do próprio grupo, em consenso entre as participantes, sendo indicada pelas mulheres membros desses comitês. Segundo Andrea Rios, em entrevista concedida em 2018, essas lideranças, em geral, são formadas pelas mulheres com mais experiência e conhecimento em relação à causa, além de disponibilidade para encabeçar as ações previstas nos planos de ação, voluntariamente. Todos os comitês, segundo Andrea Rios, têm uma agenda regular, com encontros pré-agendados, e um plano de ação para gerar resultados para essas frentes em consonância com os inegociáveis do grupo. De acordo com Andrea Rios, os temas dos comitês surgem das reuniões institucionais do grupo, como a de Portas-abertas, realizada todos os meses na sede de São Paulo com o intuito de recepcionar e de apresentar o Grupo Mulheres do Brasil para novas participantes interessadas na causa. Nessas ocasiões, as participantes indicam assuntos que acreditam serem relevantes para a mulher e para o Brasil. Quando há a demanda, justificada por estudos e por monitoramento do grupo, além da disponibilidade de participantes para atuarem voluntariamente nos comitês, é criado um novo fórum que deverá dar origem a um plano de ação para a causa, estruturando-se em um novo comitê de trabalho. Para Andrea Rios, as participantes são mulheres que reconhecem o seu direito de participação na sociedade e que querem construir o seu imaginário a partir de sua própria definição do que é ser mulher. Touraine afirma que as mulheres têm o desejo de viver uma experiência de vida transformada por elas mesmas. Para o autor, “definir-se como mulher significa colocar no centro da vida certo relacionamento para consigo mesmo e construir uma imagem de si como mulher” (Touraine 2010, 27).

Entre as principais conquistas dos comitês do Grupo Mulheres do Brasil destaca-se a aprovação do projeto de lei que assegura a cota de 30% das vagas dos Conselhos de Administração de empresas públicas e de administração mista para mulheres, fruto da frente de *advocacy* do comitê 80 em 8.

Atualmente, o financiamento desses projetos e desses comitês advém de doações das fundadoras, que destinam os cachês de palestras e de eventos ao grupo, da doação de pessoas físicas, participantes ou simpatizantes da causa, e de parcerias com o setor privado.

Com o aumento do interesse pelo Grupo Mulheres do Brasil, a ONG tem expandido a sua atuação para fora da capital de São Paulo, com grupos organizados em cidades como Fortaleza, Aracaju, João Pessoa, Brasília, Sorocaba, Manaus, Vitória, Jundiá, região do ABC Paulista, Campinas e Franca, sendo todos os núcleos pautados pelo mesmo estatuto, mas com gestão local autônoma. Há ainda núcleos no exterior, como Londres

(Reino Unido) e Bogotá (Colômbia), formado por brasileiras que residem no exterior, mas que têm identificação com a causa e querem contribuir com essa agenda propositiva.

Processo deliberativo no Grupo Mulheres do Brasil

O MdB pode ser considerado uma genuína esfera pública na medida em que tais processos deliberativos estejam presentes em sua atuação. Essa hipótese é corroborada ao se descrever e analisar algumas características do grupo, tais como:

1. **Equidade de discurso:** segundo Martins, todas as participantes do grupo estão em condição de igualdade para manifestar a sua opinião perante o grupo, independentemente da natureza de sua participação. “Nos comitês, todos podem dar a sua opinião de forma horizontal. Há uma liderança, que surge do próprio grupo de trabalho, para organizar as tarefas e as ações acordadas nas reuniões. No entanto, todas são livres para se manifestar”, afirma Martins em entrevista cedida em 2017. Essa equidade de discurso também está presente na rede social corporativa do MdB, o *workplace*, que permite a interação entre as usuárias de maneira igualitária.
2. **Processo orientado para a racionalidade:** segundo o Grupo Mulheres do Brasil (2016), a opinião coletiva deve prevalecer em detrimento da individual. Por meio de processos cocriativos e da deliberação, os melhores argumentos devem prevalecer em detrimento de opiniões pessoais, exercendo o diálogo até que seja acordado um consenso.
3. **Busca pelo consenso:** nas reuniões, de acordo com Andrea Rios, em entrevista concedida em 2018, há a busca pelo consenso, que deve dar origem ao posicionamento do grupo e fundamentar o seu plano de ação. Esse processo deliberativo acontece tanto dentro dos comitês quanto nas reuniões gerais.
4. **Reflexividade:** as participantes são estimuladas a refletir sobre questões de interesse público, levadas à discussão pelo grupo ou pelas participantes. Essas mulheres devem utilizar a empatia e a capacidade de análise crítica para guiar essas deliberações em busca de um consenso. Inclusive, nesses encontros, há a presença e a explanação de especialistas que ajudam a ampliar o repertório sobre os temas, contribuindo para as discussões.
5. **Transparência e publicidade:** as participantes têm clareza sobre os inegociáveis e sobre as regras do grupo que sustentam o processo deliberativo. Esses são comunicados a todo o momento, seja nos encontros presenciais na sede ou nos materiais institucionais do grupo, garantindo a clareza em relação ao propósito da ONG.

6. **Inclusividade:** o MdB incentiva a participação de todas as mulheres nos debates, incentivando, inclusive, a diversidade de pontos de vista. Essa inclusividade é tangibilizada pela articulação dos comitês Laços e Conexão Bairros e Comunidades, que têm como objetivos acolher e promover a participação de mulheres de baixa renda no grupo e fomentar iniciativas sociais nessas comunidades que favoreçam o seu desenvolvimento, contribuindo para a participação de grupos minoritários na construção do discurso do grupo.

Esse processo deliberativo pode ser observado nas reuniões institucionais do grupo e nos encontros de cada um dos comitês, bem como no ambiente virtual do *workplace*, em que as participantes se reúnem para discutir as pautas dessas pastas e as que são de interesse de todas as participantes e geram impulsos de demanda a partir de uma agenda pré-estabelecida. Segundo Mainieri (2016, 55), as mutações midiáticas levam a novas formas de interação e a novos tipos de relações sociais e “Quanto mais plurais forem essas estruturas midiáticas, mais chances terão os indivíduos de expressarem-se e manifestarem”. Pode-se afirmar, desse modo, que se trata de um processo deliberativo de presença midiática e organizada.

Para comunicar a agenda do Grupo Mulheres do Brasil e para fomentar o diálogo entre as participantes também no meio virtual, o grupo adotou desde maio de 2017 o *Workplace*, rede social corporativa do Facebook, como ferramenta de comunicação. “Nosso objetivo é expandir nossa rede de influência, pois acreditamos que quanto maior nosso grupo, mais forte será nosso poder de negociação para atingir nossas metas e planos de ações propostos pelo grupo” (MULHERES DO BRASIL, 2016).

No *Workplace*, as participantes se organizam por grupos, de acordo com os temas dos Comitês e com os núcleos de seu interesse, com liberdade para interagir no ambiente. Nesses grupos, as participantes podem dialogar entre si, expressar as suas opiniões e utilizar funções já disponíveis em outras redes sociais, como curtir, compartilhar e comentar, bem como o recurso de *chat* para conversas pessoais e em grupo. Dessa forma, é possível reverberar os assuntos tratados nas reuniões presenciais também nesse ambiente *on-line*. Nesses grupos, todos podem publicar e interagir, sem restrições de moderação. O ‘agir comunicativo’ é transportado, então, para esse ambiente virtual e contribui para que mais pessoas estejam engajadas na causa, eliminando as barreiras físicas.

Além do debate sobre as causas e os comitês, o *Workplace* também é utilizado para comunicar as notícias oficiais do grupo, como um repositório de informações, ampliando a visibilidade das ações, como um canal de fortalecimento do grupo. Podemos afirmar, por essas razões, que os principais ganhos da rede social são a ampliação da esfera pública para além das reuniões do grupo e esse maior espaço para divulgar as causas.

Nesse cenário, surge então a esfera pública interconectada, que une o espaço público e as novas tecnologias proporcionadas pela Internet. Da esfera pública interconectada, portanto, espera-se que decisões políticas envolvam mais a participação de indivíduos que, em rede, conectam-se e ampliam discursivamente os debates por meio da linguagem (Côrbo e Goncalves 2015, 166).

Em complemento ao Workplace, o MdB utiliza o site (www.mulheresdobrasil.com.br) para comunicar as suas iniciativas e informativos enviados por *e-mail* conforme demanda para a relação de participantes cadastradas na ONG. Vale reforçar que o próprio *Workplace* envia notificações por e-mail e pela versão *mobile* da ferramenta para que a participante acompanhe a repercussão do seu conteúdo e de outros fóruns de seu interesse, com um resumo das principais atividades *on-line*, na rede.

Um dos exemplos desses processos deliberativos ocorridos no grupo, que evidenciam esses preceitos, foi o voto pela petição pública contra o “Distritão”, medida que torna a eleição para parlamentares majoritária e que pode favorecer campanhas individuais com mais recursos ou reeleições, dificultando a renovação política. Durante reunião geral do grupo, de acordo com Luciana Burr, colíder do Comitê de Políticas Públicas, em entrevista concedida em 2018, houve um fórum entre as participantes sobre o tema em que, depois deliberação, elas optaram pela abertura da petição pública contra a proposta. “Todas essas deliberações precisam resultar em entregas concretas para a sociedade, indo além do campo discursivo”, afirma Andrea Rios, em entrevista cedida em 2018. Ao exercer essa busca pela transformação, a participação na “esfera pública, se constitui, pois, como ferramenta privilegiada por meio da qual os cidadãos organizados podem limitar o poder, exercendo oposição explícita e tornando atores políticos mais responsáveis e transparentes” (Campos 2015, 83).

O mérito desse processo deliberativo conduzido e formulado exclusivamente por mulheres, em um grupo não misto, está em romper com o estigma da mulher como um ser doméstico, inapto à vida pública, como detalha Pinsky e Pedro (2003), colocando-as como agentes da mudança:

O ideal tradicional das mulheres como seres domésticos, voltados prioritariamente à família, encontrou, no desenvolvimento econômico e urbano do século XIX, condições de se tornar real para um número cada vez maior de mulheres o que, por sua vez, fez com que o próprio ideal fosse sustentado e reforçado. O ideal masculino era de alguém racional, agressivo, corajoso, capaz de tomar decisões lúcidas, empreendedor e dominador, apto à vida pública, enquanto a mulher deveria ser

sentimental, passiva, casta, vulnerável, dependente e destinada ao lar (Pinsky e Pedro 2003, 265).

Para Habermas (1997), esses processos deliberativos dão origem a uma agenda mínima, capaz de chegar a conclusões em questões de interesse geral. Eles estruturam procedimentos de formação de opinião e de vontade com o intuito de estabelecer soluções cooperativas e equitativas para questões práticas, que emergem da esfera privada. Esse processo faz do cidadão um agente atuante, capaz de contribuir para a construção da realidade que ele deseja, com liberdade e protagonismo, reconhecendo-se como sujeito.

Ao analisar a atuação do Grupo Mulheres do Brasil, chega-se a conclusão de que ele é capaz de deliberar sobre questões de interesse público, como educação, igualdade racial, cultura, participação popular na política e combate à violência contra a mulher, de acordo com os preceitos da esfera pública habermasiana centrada no diálogo entre o poder público e a sociedade civil a fim de pressionar decisões do governo brasileiro mais alinhadas à opinião pública. Portanto, o MdB pode ser considerado um exemplo de esfera pública contemporânea, uma esfera pública brasileira de mulheres.

Agir comunicativo no Grupo Mulheres do Brasil

Quando se observa esses elementos nos processos deliberativos do Grupo Mulheres do Brasil, também é possível identificar a presença do agir comunicativo, quando o próprio processo deliberativo leva à ação orientada pela racionalidade e em conformidade com o posicionamento discutido pelo grupo, cerne da esfera pública habermasiana. Um exemplo relatado pelo MdB de processo deliberativo que levou ao agir comunicativo foi a aprovação de cotas para mulheres nos conselhos administrativos de empresas públicas e de capital misto, que após o processo deliberativo dentro do Grupo Mulheres do Brasil resultou em proposta do Comitê de Políticas Públicas com aprovação exitosa no Senado em razão da influência do grupo. Esse desejo por ação pode ser identificado na fala da ex-diretora executiva do MdB, Marina Martins, em entrevista cedida em 2017, ao afirmar que o grupo quer se posicionar como um catalisador de boas ações ligadas à causa das mulheres, viabilizando iniciativas que o Grupo Mulheres do Brasil acredita como alternativas para o seu projeto de País.

No entanto, quando se desenvolve uma análise crítica sobre a fundação do Grupo Mulheres do Brasil e sobre a sua liderança, se percebe que esse movimento de mulheres tão expressivo, com 12 mil participantes cadastradas até julho de 2018, segundo Andrea Rios, em entrevista cedida em 2018, só foi possível pela visibilidade e pela influência dessas mulheres na iniciativa privada, a exemplo da presidente do MdB, Luiza Trajano, que exerce o cargo de presidente do conselho administrativo do Magazine Luiza, uma das maiores

redes varejistas do Brasil. Nesse sentido, a esfera pública brasileira mantém os mesmos princípios elitistas de sua fundação, conforme Hansen (2012), que alega que a esfera pública nacional constitui-se em potencialidades e mazelas, fruto da falta de respeito à pluralidade e à tolerância. Embora o MdB busque a integração com mulheres de diferentes classes sociais e perfis (de donas de casa a empresárias), incentivando essa diversidade de pontos de vista nas discussões orquestradas pelo grupo, inclusive criando comitês de trabalho que viabilizem isso, como o Laços, em que se percebe a reputação favorável do Grupo Mulheres do Brasil, bem como a sua capacidade de *advocacy* com o poder público, origina-se na influência dessas líderes mulheres no setor privado, que dá voz a elas quando as colocam em posição privilegiada em uma ceara masculina, que é o capital, dando abertura para que elas circulem em ambientes de poder e de decisão.

Além disso, em sua maioria, as lideranças dos comitês, como afirmado por Andrea Rios, diretora executiva do Grupo Mulheres do Brasil, em entrevista concedida em 2018, são mulheres que têm amplo conhecimento em relação à pauta de cada uma dessas frentes de trabalho, o que assegura um discurso mais erudito ao grupo, esse validado e estimulado pela esfera pública habermasiana. Segundo Fraser (1985), a própria capacidade de diálogo e de consenso exigida pelo processo deliberativo da esfera pública proposta por Habermas exige capacidades de compreensão e argumentativas, atreladas à educação formal, às vezes, pouco acessível para grupos minoritários, o que favorece a repetição de discursos hegemônicos, centrados nessa parcela da sociedade com acesso à educação formal. Essa fala mais erudita também pode afastar a participação das camadas mais populares que podem sentir-se silenciadas por essa narrativa ou ainda não identificar-se com esse discurso menos apaixonado (Fraser, 1985), uma vez que os discursos periféricos tendem a ser mais carregados de carga emotiva. Sendo assim, tal estudo gera a reflexão: seria o MdB capaz de atingir tais resultados e de promover essa mobilização de 12 mil mulheres sem a influência e sem a reputação dessas lideranças na iniciativa privada? É impossível afirmar que sim ou que não, mas a história das mulheres leva a crer que não, da mesma forma que a cobertura do grupo na imprensa, pautada na figura de Luiza Trajano, também mostra que não.

Por outro lado, o fato do processo deliberativo no MdB ser exclusivamente de mulheres contribui para que as mulheres expressem seus pontos de vista mais livremente, sem o peso do julgamento masculino e sem o silenciamento do discurso delas por meio da imposição dos homens, mais habituados a conduzirem, historicamente, esses processos deliberativos, com discursos mais inflamados e, em alguns casos, mais agressivos. Esse espaço não misto também contribui para empoderar o discurso das participantes do Grupo Mulheres do Brasil, como corrobora Touraine (2010), ao afirmar que as mulheres sentem necessidade desses espaços não mistos de intercâmbio de palavras, onde elas falam melhor,

analisam mais e melhor a sua realidade, sem a presença masculina. Esse espaço de mulheres ainda contribui para a construção de uma identidade para as mulheres, livre da definição de ser mulher para o homem, mas sim tornar-se mulher para si. O MdB vai, então, ao encontro da tendência mundial dos movimentos de mulheres com acesso a instrução e ao capital, que querem a preservação de sua identidade como mulher, construída a partir delas mesmas. Para essas mulheres com mais instrução, esses movimentos de opinião, onde vivencia-se o processo deliberativo, fazem mais sentido para elas que os políticos. Talvez, isso indique uma tendência pela busca de comunidades e justifique o crescimento acelerado do MdB.

Ao se observar os interesses mais urgentes do Grupo Mulheres do Brasil, relacionados à participação política e às políticas públicas a favor das mulheres, se percebe também um alinhamento histórico com o movimento de mulheres da elite, no Brasil e no mundo, em que a preocupação com a participação na vida pública é maior que o desejo por igualdade de gênero, que indica uma cisão clara entre os movimentos das mulheres da elite e das classes mais baixas e essa divergência entre representatividade no espaço público, defendida pelas mulheres com mais acesso à educação formal e ao capital, e causas urgentes, como a equiparação salarial, defendida pelas operárias, com menos renda e menos acesso à educação formal, e, por isso, mais afetadas por essa agenda. É possível perceber essa identificação com os movimentos mais elitistas de mulheres também na fala de Andrea Rios, diretora executiva do MdB, em entrevista cedida em 2018, quando ela afirma que o grupo se considera feminista somente se tal conceito for entendido como a garantia para a mulher do mesmo espaço de fala e de direitos dos homens, em posição totalmente igualitária. Além desse alinhamento histórico com o movimento das mulheres da elite, que mantém a esfera pública brasileira edificada na propriedade privada, como observado desde a sua fundação, a preocupação com o momento do País é maior que o engajamento em causas exclusivamente das mulheres, como a legalização do aborto, por exemplo. Isso mostra que o grupo está preocupado em assegurar a participação nos rumos da política brasileira, desejando ser uma atriz atuante, com voz em relação a essas questões, ao invés de se posicionar como um grupo pelo direito das mulheres.

Um exemplo dessa afirmação é a recente campanha do Grupo Mulheres do Brasil que estimula o voto em mulheres nas eleições de 2018. O fato de essas mulheres fazerem parte de classes sociais mais abastadas também permite uma maior viabilização de projetos por meio do poder de investimentos delas nessas ações e pela influência na esfera privada e nos setores públicos dos quais elas gozam. Dessa forma, torna-se mais fluida as relações com a sociedade civil, com o poder público, com a iniciativa privada e com o terceiro setor. Por sua influência, essas mulheres conseguem transitar em todas essas esferas. Também se

observa uma compatibilidade com o movimento de mulheres da elite quando o Grupo Mulheres do Brasil se relaciona com a filantropia, uma preocupação constantes dessa frente de mulheres mais abastadas, em defesa dos menos favorecidos, como crianças, jovens e idosos, e pela proteção da família.

Como desafios das mulheres para o exercício da cidadania e para a participação na esfera pública, a partir da experiência do MdB, ainda está o acesso à educação, que permite criar consciência em todas as mulheres em relação ao poder de influência do cidadão em um modelo político democrático fundamentado no voto, que torna o poder público cliente do eleitor, em uma relação de tensionamento de poder. Além do acesso à educação formal, para que mais mulheres possam participar de processos deliberativos como o proposto pelo MdB, é preciso criar mais grupos como essa ONG, que chamem todos à participação popular e que coloquem as pessoas como protagonistas das mudanças que desejam ver na sociedade. Por ora, a influência de figuras como Luiza Trajano pode ajudar a disseminar essa ideia, como embaixadores desses movimentos da esfera pública brasileira. Também é necessário quebrar alguns estereótipos em relação à participação da mulher na vida pública, que acompanham a sociedade desde a Antiguidade, associam essa participação feminina à política de alcova e veem a mulher como um elemento não natural à vida pública, destinada à vida doméstica e capaz de opinar somente em questões que envolvem a família, como a criação dos filhos. Os ataques às lideranças femininas ainda mostram que se está longe dessa realidade. As mulheres precisam criar uma consciência de grupo e compreender que defender os seus pontos de vista e direitos não é errado e quer ser a favor das mulheres não é ser contra os homens, como defendido pelo Grupo Mulheres do Brasil. É preciso naturalizar a participação das mulheres na vida pública e incentivar o apoio a esses movimentos de mulheres. Mesmo depois da primavera das mulheres, em que o empoderamento ganhou destaque dentro e fora da Internet, ainda se percebe resistência e preconceito, mesmo entre a parcela feminina da população, já que como exposto na justificativa desse estudo, 16% das brasileiras acreditam serem inferiores aos homens (o que representa uma brasileira a cada seis) e 41% das entrevistas afirmam ter medo de defender os seus próprios direitos, segundo a pesquisa *Global @dvisor: feminismo e igualdade de gênero pelo mundo*, do instituto francês de pesquisa Ipsos, de 2017. Tal estudo comprova que ainda há muito o que evoluir em relação à participação da mulher na esfera pública, reforçando a importância de grupos como o Mulheres do Brasil, mesmo que tenham um caráter elitista ou liberal. Entre as camadas mais pobres, as mulheres ainda não conseguem enxergar-se como sujeitos.

Considerações finais

A dificuldade em consolidar-se como um grupo social, em razão das cisões de interesse dentro do movimento das mulheres, prejudicou a participação delas na vida pública, assim como a associação delas à esfera doméstica e o preconceito em relação à participação na política, já que eram consideradas inaptas aos púlpitos e aos discursos racionais. Outro fator que afastou a mulher da vida pública é a tardia educação formal, quando comparada aos homens, e a jornada tripla.

A ONG Mulheres do Brasil é uma atriz capaz de deliberar sobre questões de interesse público, seguindo os preceitos da esfera pública habermasiana, que prima pelo consenso por meio do diálogo igualitário entre os agentes envolvidos na deliberação. Inclusive, identificou-se a presença do agir comunicativo, quando o processo deliberativo leva a ação orientada pela racionalidade, com conquistas importantes para a pauta do grupo, como descrito na análise e discussão dos resultados.

As mulheres estão, de fato, buscando a sua identidade e mais participação na vida pública. Elas desejam esses espaços de reflexão sobre elas e querem construir uma identidade não a partir do olhar masculino ou da ideia de rivalidade ou de igualdade inquestionável, mas própria. Elas querem, na verdade, a valorização das diferenças, sem, contudo, que isso represente qualquer preconceito ou desigualdade de direitos civis ou políticos. O que elas buscam, pode-se dizer, é uma experiência mais livre e fundamentada na cidadania, na ideia da mulher como sujeito e protagonista da sua própria vida. Em partes, a disseminação da internet e da informação, bem como os avanços das mulheres na educação formal e no mercado de trabalho, contribuíram para esse cenário. Cabe agora o fomento dessas expectativas e o avanço da representatividade das mulheres no governo brasileiro e em cargos de alta liderança, com capacidade de decisão.

Bibliografia

- Altheman, F; Martino, L. M. S., e Marques, A. C. S. 2017. “Comunicação nos Movimentos Insurgentes: Conversações Políticas On-line Durante a Ocupação de Escolas em São Paulo”. *Esferas* 6-10: 81-94
- Campos, C. A. L. 2015. “Ensaio Sobre as Acepções Público e Privado no Pensamento de Jürgen Habermas”. *Amazônia em Foco* 4-7: 63-87.
- Côrbo, D. e Goncalves, M. 2015. “Redes Sociais Digitais na Esfera Pública Política: Exercícios de Cidadania”. *Mídia e Cotidiano* 6-6: 152-168.
- Dutra, D. J. V., e Couto, D. R. T. 2012. “Esfera Pública: Contribuições Para Uma Atualização do Diagnóstico.” *Problemata* 3-2: 177-199.

- Fraser, N. 1985. “What’s Critical About Critical Theory? The Case of Habermas and Gender.” *New German Critique* 35: 97-131.
- Habermas, J. 1997. *Direito e Democracia: Entre Facticidade e Validade* – vol. 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. 2012. *Teoria do Agir Comunicativo: Racionalidade da Ação e Racionalidade Social* – vol. 1. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes.
- Habermas, J. 2012a. *Teoria do Agir Comunicativo: Sobre a Crítica da Razão Funcionalista* – vol. 2. 2. ed. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes.
- Habermas, J. 2012b. “Espaço Público (um verbete de enciclopédia).” *Problemata* 3-2: 218-227.
- Habermas, J. 2014. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. São Paulo: Unesp.
- Hansen, G. L. 2012. “Mudança Estrutural da Esfera Pública: Cinquenta Anos de um Texto Atual e Multifacetado”. *Problemata* 3-2: 101-126.
- Mainieri, T. 2016. *Um Peso, Duas Medidas: Desvelando a Comunicação Pública na Sociedade Mediaticizada*. Goiânia: UFG.
- Marques, A. C. S. 2011. “Aspectos Teórico-Metodológicos do Processo Comunicativo de Deliberação On-line.” *Revista Brasileira de Ciência Política* 6: 19-40.
- Marques, A. C. S., e Martino, L. M. 2017. “A Politização das Conversas Cotidianas e Suas Relações com Processos Deliberativos.” *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação | E-compós* 20-1: 1-22.
- Mulheres Do Brasil. 2016. “Mulheres do Brasil.” www.grupomulheresdobrasil.com.br
- Nascimento, J. X. 2016. “Políticas Públicas e Desigualdade de Gênero na Sociedade Brasileira: Considerações Sobre os Campos do Trabalho, da Política e da Ciência.” *Revista Mediações* 21-1: 317-337.
- Perlatto, F. 2012. “Habermas, a Esfera Pública e o Brasil.” *Revista Estudos Políticos* 4: 78-94.
- Perlatto, F. 2015. “Seletividade da Esfera Pública e Esferas Públicas Subalternas: Disputas e Possibilidades na Modernização Brasileira.” *Revista de Sociologia e Política* 23-53: 121-145.
- Perrot, M. 2007. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto.
- Pinsky, C. B., e Pedro, J. M. 2003. “Igualdade e Especificidade.” In *História da Cidadania*, organizado por J. Pinsky e C. Pinsky, 265-309. São Paulo: Contexto.
- Thompson, J. 2014. *A Mídia e a Modernidade: Uma Teoria Social da Mídia*. Petrópolis: Vozes.

Touraine, A. 2010. *O Mundo das Mulheres*. Petrópolis: Editora Vozes.

Notas Biográficas

Regina Rossetti é Doutora em Filosofia pela Universidade de São Paulo, Brasil. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Caetano do Sul.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0002-3219-4570>

Morada institucional: Universidade de São Caetano do Sul – Rua Conceição, 321, CEP 09530-060, São Caetano do Sul, SP, Brasil.

Paula Belini Pitondo é Jornalista e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de São Caetano do Sul.

Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0001-8133-7542>

Morada institucional: Universidade de São Caetano do Sul – Rua Conceição, 321, CEP 09530-060, São Caetano do Sul, SP, Brasil.

Recebido/ Received 2019-07-11

Accite/ Accepted 2019-12-20